

## 9 Finanças Públicas

O texto de Finanças Públicas trata das Transferências Constitucionais, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), da Arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Indiretamente, trata da Arrecadação Federal, mais especificamente do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI), que são a base das Transferências Constitucionais, ou seja, quando se analisa a variação ocorrida nestas, se está avaliando, também, o que ocorreu na base do cálculo. Na próxima conjuntura, que avalia o primeiro semestre de 2021, se incluirá a análise da arrecadação, o grau de endividamento do primeiro quadrimestre de 2021 e o índice de dependência financeira.

As Transferências Constitucionais são muito relevantes para a economia dos estados mais pobres da Federação. A Tabela 1, mostra este grau de relevância, quando compara o valor destas com o total das Transferências mais a arrecadação do ICMS. Enquanto o ICMS do Nordeste representa 17,2% do total da arrecadação brasileira, as Transferências Constitucionais para a Região Nordeste representam 43,5% do total das transferências.

Tabela 1 – Transferências Constitucionais (FPE + FPM) e ICMS – 1º Trimestre de 2021 – R\$ Milhões

Estado/Região/País	FPE + FPM (1)	ICMS (2)	Total (3 = 1 + 2)	Participação (%)	1/3 (%)
Alagoas	1.741	1.305	3.046	1,5	57,2
Bahia	4.960	7.386	12.347	6,1	40,2
Ceará	3.258	3.778	7.036	3,5	46,3
Maranhão	3.038	2.396	5.434	2,7	55,9
Paraíba	2.108	1.820	3.928	1,9	53,7
Pernambuco	3.146	5.100	8.246	4,0	38,1
Piauí	1.868	1.341	3.209	1,6	58,2
Rio Grande do Norte	1.765	1.595	3.360	1,7	52,5
Sergipe	1.487	1.013	2.500	1,2	59,5
Nordeste	23.372	25.734	49.106	24,1	47,6
Espírito Santo	897	3.455	4.352	2,1	20,6
Minas Gerais	4.800	14.801	19.601	9,6	24,5
Brasil	53.773	149.844	203.618	100,0	26,4

Fonte: BNB/Etene, com dados do Tesouro Nacional e Confaz. Nota: A participação se refere à participação de cada Estado/Região no total das transferências mais ICMS.

A economia das regiões mais pobres do País, são muito dependentes das Transferências Constitucionais. Na Região Nordeste, elas representam quase metade (47,6%), do total destas mais a arrecadação do ICMS, o principal tributo estadual. A média nacional é apenas 26,4%. Em todos os estados nordestinos, a relação transferências/transferências + ICMS, é maior que a média nacional. Apenas o Estado de Pernambuco tem a relação abaixo de 40,0%. Na Bahia, é 40,2%. Nos estados mais pobres, a relação é maior que 50,0%, indicando que o valor recebido das Transferências é maior que a arrecadação do ICMS. Em Sergipe, a relação chega a 59,5%, seguida pelo Piauí (58,2%) e Alagoas (57,2%). A exclusão dos estados da Bahia e Pernambuco, do cálculo, leva a relação para 53,5%.

### Transferências Constitucionais:

As Transferências Fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (21,5% para o FPE e 24,5% para o FPM). Dos valores distribuídos para os Fundos, deduz-se 20,0% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os repasses para os Estados e municípios são determinados, principalmente, pela dimensão da população e pelo nível de renda *per capita* dos entes federativos. Os recursos variam diretamente em relação ao tamanho da população e inversamente em comparação com a renda *per capita*. Ressalte-se que as Unidades Federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem dos repasses constitucionais para realizar investimentos, bem como para arcar com despesas correntes.

O FPE no Brasil totalizou R\$ 26,3 bilhões no ano de 2021, ante R\$ 22,4 bilhões em 2020, conforme a Tabela 2. A variação real do FPE, descontada a inflação do período, foi de +11,2%, sinal de que a arrecadação tributária do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industriais, base das transferências, cresceu de forma robusta. Isto também aconteceu com a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS, nos estados da Federação. Os dados são da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Registre-se que em 2020, em comparação com 2019, a perda no FPE foi de -7,2%.

Tabela 2 – FPE, FPM e FPM Capitais - Brasil, Nordeste e Estados – 1º Trimestre de 2020 e 2021 - R\$ Milhões <sup>(1)</sup>

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Alagoas	945	1.117	534	624	101	118
Bahia	2.097	2.437	2.157	2.523	182	212
Ceará	1.633	1.893	1.168	1.365	202	235
Maranhão	1.616	1.885	987	1.154	126	147
Paraíba	1.069	1.245	738	863	81	94
Pernambuco	1.544	1.795	1.135	1.351	113	148
Piauí	971	1.140	625	728	126	147
Rio Grande do Norte	936	1.085	582	681	73	85
Sergipe	927	1.076	351	411	73	85
<b>Nordeste</b>	<b>11.738</b>	<b>13.673</b>	<b>8.275</b>	<b>9.698</b>	<b>1.077</b>	<b>1.270</b>
Espírito Santo	351	407	432	490	48	47
Minas Gerais	1.008	1.192	3.083	3.608	121	141
<b>Brasil</b>	<b>22.445</b>	<b>26.276</b>	<b>23.489</b>	<b>27.498</b>	<b>2.349</b>	<b>2.750</b>

Fonte: BNB/Etene, com dados da STN. Nota: (1) Valores transferidos de janeiro a março de cada ano.

O FPE para os Estados do Nordeste alcançou R\$ 13,7 bilhões em 2021, em contraste com R\$ 11,7 bilhões, representando um ganho real de +10,6% em comparação com igual período de 2020. A Região recebeu 52,0% do total dos recursos desse Fundo no 1º trimestre de 2021. Registre-se que nos meses de abril a dezembro de 2020, comparados com o mesmo período de 2019, o FPE reduziu -9,7% no Nordeste em termos reais, período mais crítico da pandemia.

Todas as Unidades Federativas do Nordeste obtiveram ganhos reais no volume de recursos do FPE em 2021, em comparação com 2020. Os valores obtidos em 2021 são: Bahia (R\$ 2,2 bilhões), Ceará (R\$ 1,9 bilhão), Maranhão (R\$ 1,9 bilhão) e Pernambuco (R\$ 1,8 bilhão) obtiveram 58,6% dos valores destinados ao Nordeste. Seguiram Paraíba (R\$ 1,2 bilhão), Piauí, Alagoas, Rio Grande Norte e Sergipe (R\$ 1,1 bilhão, cada), com 41,4% do total.

O FPM no País somou R\$ 27,5 bilhões em 2021, em comparação com R\$ 23,5 bilhões em 2020 (Tabela 2). O ganho real foi de +11,2%. O FPM para o Nordeste totalizou R\$ 9,7 bilhões no período estudado, em contraste com R\$ 8,3 bilhões em 2020, significando ganho real de +11,3%, em comparação com 2020 (Tabela 2). Registre-se que a perda real, em 2020, comparado com 2019, foi de -7,3%.

O Nordeste recebeu 35,2% do total dos recursos do FPM em 2020. Todas as Unidades Federativas da Região registraram perda real no volume de recursos do FPM no ano de 2020, em comparação com semelhante período de 2019. Os valores repassados para os Estados foram: Bahia (R\$ 8,0 bilhões), Ceará (R\$ 4,3 bilhões), Pernambuco (R\$ 4,2 bilhões) e Maranhão (R\$ 3,6 bilhões) foram beneficiados com 65,8% do total de recursos destinados à Região. Seguiram Paraíba (R\$ 2,7 bilhões), Piauí (R\$ 2,3 bilhões), Rio

## BNB Conjuntura Econômica Jan-Mar/2021

Grande do Norte (R\$ 2,1 bilhões), Alagoas (R\$ 2,0 bilhões) e Sergipe (R\$ 1,3 bilhões), com 34,2% do total do FPM destinado ao Nordeste.

O FPM destinado para as capitais atingiu R\$ 8,7 bilhões em 2020, ante R\$ 9,0 bilhões no ano anterior, representando perda de 7,1% em termos reais. O FPM para as capitais do Nordeste alcançou 4,0 bilhões, com perda real de -7,8%, comparado com 2019, quando foram alocados R\$ 4,2 bilhões. Vale lembrar que a perda real nas capitais nordestinas, em 2020, foi de -7,8%.

Cabe destacar que a perda real de Recife (-17,0%), no ano de 2020, em função do aumento da renda per capita dessa cidade, dado que o coeficiente de distribuição trabalha com o inverso da renda *per capita*, começa a ser recuperada neste ano, em função de que a capital, recuperou o coeficiente de participação, que tinha em 2019, em função da nova renda *per capita*, vigente em 2021. A capital recebeu R\$ 148 milhões, + 24,3% do que tinha recebido no primeiro trimestre de 2020.

As capitais do Nordeste foram beneficiadas com 46,2% do total de recursos alocados pelo FPM Capitais no País em 2021. Fortaleza (R\$ 235 milhões), Salvador (R\$ 212 milhões), São Luís (R\$ 147 milhões), Recife (R\$ 148 milhões) e Teresina (R\$ 147 milhões) obtiveram 70,0% do total do FPM Capitais destinado ao Nordeste. Seguiram Maceió (R\$ 118 milhões), João Pessoa (R\$ 94 milhões), Natal (R\$ 85 milhões) e Aracaju (R\$ 85 milhões), com 30,0% dos recursos desse Fundo ao Nordeste no ano de 2021.

A Tabela 3, apresenta as projeções dos valores a serem transferidos para o FPE, FPM e FPM capitais no período de abril a junho de 2021, com base nas previsões do Tesouro Nacional. As previsões para 2021, com um aumento de 4,9% (FPE) e 4,8% (FPM), com relação aos valores reais de 2020, são com base no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2021.

Tabela 3 – Previsões 2021 (abril a junho)<sup>1</sup> e 2021<sup>2</sup> - R\$ Milhões

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	abr-jun	2021	abr-jun	2021	abr-jun	2021
Alagoas	1.277	3.276	713	2.062	134	390
Bahia	2.785	7.306	2.883	8.336	242	703
Ceará	2.163	5.695	1.560	4.513	269	781
Maranhão	2.154	5.626	1.318	3.813	168	488
Paraíba	1.423	3.724	986	2.851	107	312
Pernambuco	2.050	5.375	1.544	4.387	169	437
Piauí	1.303	3.378	831	2.414	168	488
Rio Grande do Norte	1.239	3.256	778	2.249	97	281
Sergipe	1.230	3.231	469	1.358	97	281
<b>Nordeste</b>	<b>15.622</b>	<b>40.867</b>	<b>11.081</b>	<b>31.983</b>	<b>1.451</b>	<b>4.162</b>
Espírito Santo	465	1.206	560	1.668	54	187
Minas Gerais	1.362	3.497	4.122	11.917	161	469
<b>Brasil</b>	<b>30.021</b>	<b>78.073</b>	<b>31.418</b>	<b>90.782</b>	<b>3.142</b>	<b>9.078</b>

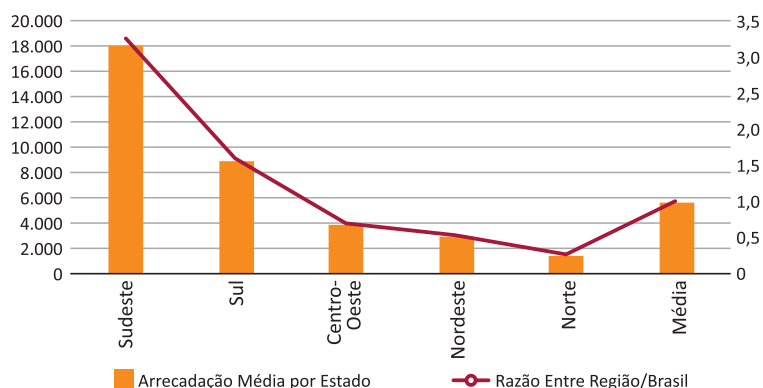
Fonte: BNB/Etene, com dados da STN Nota: (1) previsão de abril a junho de 2021, STN. 2021, PLOA 2021.

## Arrecadação de ICMS:

A arrecadação de ICMS no Brasil totalizou R\$ 149,8 bilhões em 2021, primeiro trimestre, ante R\$ 131,1 bilhões no mesmo período de 2020, significando um ganho real de +8,6%. É importante ressaltar que a arrecadação de ICMS é concentrada em termos regionais. O Sudeste respondeu por quase metade do ICMS coletado no ano de 2021, precisamente 48,4%. Com expressiva diferença, seguiram o Sul (17,7%), Nordeste (17,2%), Centro-Oeste (10,2%) e Norte (6,5%).

A desigualdade regional é mais contundente, quando vista pelo prisma da arrecadação média por Estado, em cada Região brasileira, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Arrecadação Média por Estado em Cada Região/Brasil – R\$ Milhões – 1º Trimestre de 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Banco Central e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

O que se observa, no Gráfico acima, é que cada Estado da Região Sudeste, arrecada, em média, 3,3 vezes mais que a média nacional (R\$ 18.125/R\$ 5.550). A média de arrecadação de cada estado nordestino, é apenas 0,5 da média nacional, enquanto que, na Região Norte, apenas 0,3. Cabe ainda destacar que a Região Nordeste é composta por 9 estados, e o Norte, 7 estados, que representam 59,3% dos entes da Federação.

No Nordeste, a arrecadação de ICMS totalizou R\$ 25,7 bilhões de janeiro a março de 2021, em contraste com R\$ 22,1 bilhões em iguais meses de 2020, representando crescimento real de +10,7% no período em análise. Nas demais regiões, o Centro-Oeste (+11,5%), Norte (+9,5%), Sudeste (+8,2%) e o Sul (+5,5%), também obtiveram ganhos reais, apresentando um cenário de franca recuperação das finanças públicas, como já se havia constatado na área das transferências constitucionais, ver Tabela 4.

Tabela 4 – Arrecadação de ICMS no Brasil, Regiões e Estados selecionados – 2020 e 2021 – 1º Trimestre – R\$ Milhões

Estado/Região/País	2020		2021		Var. Nominal %	Var. Real %
	Valor (R\$ milhão)	Part. %	Valor (R\$ milhão)	Part. %		
Alagoas	1.113	0,8	1.305	0,9	17,2	11,3
Bahia	6.246	4,8	7.386	4,9	18,3	12,3
Ceará	3.281	2,5	3.778	2,5	15,1	9,3
Maranhão	2.084	1,6	2.396	1,6	15,0	9,2
Paraíba	1.546	1,2	1.820	1,2	17,7	11,8
Pernambuco	4.317	3,3	5.100	3,4	18,1	12,2
Piauí	1.166	0,9	1.341	0,9	15,0	9,2
Rio Grande do Norte	1.440	1,1	1.595	1,1	10,8	5,2
Sergipe	895	0,7	1.013	0,7	13,2	7,5
<b>Nordeste</b>	<b>22.089</b>	<b>16,8</b>	<b>25.734</b>	<b>17,2</b>	<b>16,5</b>	<b>10,7</b>
Norte	8.498	6,5	9.793	6,5	15,2	9,5
Sudeste	63.621	48,5	72.498	48,4	14,0	8,2
Espírito Santo	2.979	2,3	3.455	2,3	16,0	10,2
Minas Gerais	12.763	9,7	14.801	9,9	16,0	10,1
Sul	23.858	18,2	26.511	17,7	11,1	5,5
Centro-Oeste	13.036	9,9	15.308	10,2	17,4	11,5
<b>Brasil</b>	<b>131.102</b>	<b>100,0</b>	<b>149.844</b>	<b>100,0</b>	<b>14,3</b>	<b>8,6</b>

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste obtiveram ganhos reais de arrecadação no período em análise. As maiores variações se encontram na Bahia (+12,3%), Pernambuco (+12,2%) e Paraíba (+11,8%). O menor desempenho é do Estado do Rio Grande do Norte (+5,2%). Os destaques da arrecadação baiana são os setores secundário (+19,2%) e terciário (+15,5%), que juntos representam 64,4%. Em Pernambuco, o setor secundário (+17,3%) e o de petróleo (+20,9%), detêm as maiores variações e representam 36,1 do total da arrecadação. O setor secundário (+15,5%) e o terciário (+17,0%), que representam 62,0% da arrecadação da Paraíba, são os destaques.

A arrecadação somada dos setores secundário, terciário, energia e petróleo, combustíveis e lubrificantes alcançou 96,8%, 98,2% e 96,4% da arrecadação total do ICMS no Nordeste, Espírito Santo e Minas Gerais, média de janeiro a março de 2020 e de 2021, respectivamente.

Apenas um setor apresentou queda na arrecadação do primeiro trimestre de 2021, comparado com o mesmo período de 2020, energia (-1,9%). Apenas três estados apresentaram variações positivas na arrecadação deste setor: Espírito Santo (+17,1%), Pernambuco (+9,1%) e Maranhão (+1,2%). As maiores perdas vieram do Rio Grande do Norte (-10,7%), Sergipe (-8,0%) e Piauí (-8,7%).

Vale registrar que a arrecadação do setor terciário apresenta a maior participação na arrecadação do ICMS do Nordeste (41,9%), considerando a média dos anos de 2020 e 2021, primeiro trimestre. O ganho de arrecadação do setor, representa +5,8 pontos percentuais (p.p.), da variação na arrecadação do Nordeste (+10,7%) - o problema na arrecadação, se deve à baixa variação do segmento petróleo (+0,4 p.p.) e à perda em energia (-0,2 p.p.). Nenhum estado registrou perdas reais. As maiores variações se encontram no Maranhão (+22,6%), Piauí (+22,5%), Paraíba (+7,6%), Ceará (+5,8%), Bahia (+5,6%), Minas Gerais (+5,0%), Piauí (+3,2%) e Sergipe (+19,4%). Cabe registrar a baixa variação no Espírito Santo (+0,6%).

A arrecadação no setor secundário, que representou 21,9% do total obtido no Nordeste, considerando a média dos anos de 2020 e 2021, aumentou +16,4% em termos reais. O ganho do setor representa +3,6 p.p., do ganho de arrecadação da Região. Sergipe (+47,9%), Minas Gerais (+25,8%) e Piauí (+24,0%), têm os maiores ganhos reais no setor. Vale destacar a perda de arrecadação no Rio Grande do Norte (-46,9%), em que o setor representa 9,7% do total da arrecadação do Estado.

O setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes, que obteve uma participação de 21,1% na arrecadação total do Nordeste nos dois períodos analisados, apresentou um pequeno ganho real de +1,7%. Vale ressaltar as perdas em Sergipe (-61,7%), no Rio Grande do Norte (-9,5%) e Maranhão (-5,5%). Ainda assim, as surpresas na arrecadação deste setor são do Espírito Santo (+22,6%) e Pernambuco (+20,9%).

Comparando-se a arrecadação de ICMS nos meses abril a dezembro de 2020 (período mais incisivo da pandemia), com o mesmo período de 2019, observou-se redução, em termos reais, na arrecadação do ICMS no Brasil (-1,8%) e no Nordeste (-3,8%). Cabe observar que a queda entre abril e outubro era de -10,1 (Brasil) e -12,9 (Nordeste), perdas muito mais expressivas, sinalizando que houve uma recuperação da arrecadação nos últimos meses do ano. Este cenário ficou patente com a recuperação observada no primeiro trimestre de 2021, como comentado acima.